

A PENDULARIDADE E A DESIGUALDADE TERRITORIAL NO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria Aparecida da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

silva.maria@unemat.br

Fernando Cesar Vieira Malange

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

fmalange@unemat.br

INTRODUÇÃO

A distribuição desigual das Instituições de Ensino Superior (IES) no território brasileiro configura um dos principais fatores de limitação ao acesso democrático à educação superior. Em regiões interioranas, onde a oferta de cursos é reduzida ou inexistente, estudantes são frequentemente obrigados a se deslocar para centros urbanos que concentram infraestrutura educacional. Nesse contexto, a pendularidade — entendida como o deslocamento recorrente entre o local de residência e o local de estudo — emerge como uma estratégia fundamental para viabilizar o ingresso e a permanência no ensino superior.

Entretanto, esse fenômeno não se limita a um simples movimento espacial. Ele expressa e, ao mesmo tempo, reproduz desigualdades territoriais, na medida em que impõe custos financeiros, desgaste físico e limitações na vivência acadêmica dos estudantes. Assim, a pendularidade estudantil revela a interdependência entre cidades de diferentes portes e evidencia a centralização de oportunidades educacionais em determinados polos urbanos.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a pendularidade como expressão das desigualdades territoriais no acesso à educação superior, considerando suas implicações para a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente em contextos interioranos.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica. Foram analisadas produções acadêmicas que abordam a mobilidade espacial, a pendularidade e a organização da rede urbana, com destaque para estudos que discutem o acesso à educação superior em regiões não metropolitanas. A análise fundamenta-se em uma perspectiva crítica, considerando conceitos como mobilidade espacial, rede urbana, fixos e fluxos, e desigualdade socioespacial. A interpretação dos dados busca articular as dimensões estruturais — relacionadas à organização do território — e as dimensões individuais — associadas às estratégias dos estudantes para acessar o ensino superior.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A pendularidade constitui um fenômeno recorrente em regiões urbanizadas marcadas pela concentração de serviços e infraestrutura em cidades centrais, que passam a atrair diariamente moradores de municípios menores e com oferta limitada de recursos. Esse deslocamento, frequentemente motivado pela busca por trabalho e educação, revela-se essencial para muitos indivíduos que buscam melhorar suas condições de vida, especialmente no acesso ao ensino superior, cuja oferta tende a se concentrar em polos urbanos mais dinâmicos. Nesse contexto, a mobilidade estudantil ultrapassa o simples deslocamento físico, configurando-se como um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais, econômicas e simbólicas, refletindo as desigualdades territoriais no acesso às oportunidades educacionais.

As pesquisas de Tavares (2022) e Almeida (2022) evidenciam diferentes perspectivas sobre a pendularidade estudantil, destacando tanto suas dimensões individuais quanto estruturais. Enquanto Tavares enfatiza as experiências dos estudantes e a mobilidade como parte de seus projetos de vida, Almeida analisa os fluxos regionais e o papel centralizador das cidades que concentram instituições de ensino superior. Ambos os estudos apontam que a pendularidade é uma estratégia de acesso à educação, mas também impõe desafios, como custos financeiros, longos deslocamentos e limitações na participação acadêmica. Apesar dos avanços, ainda há lacunas quanto à compreensão dos impactos desse fenômeno na permanência e no desempenho acadêmico, indicando a necessidade de abordagens que integrem as dimensões subjetivas e territoriais da mobilidade estudantil.

Segundo Tavares (2022), a mobilidade pendular é tratada na literatura por diferentes denominações, como migração pendular, deslocamento pendular e comutação, evidenciando a diversidade de termos utilizados para descrever esse tipo de deslocamento. Neste estudo, diferencia-se pendularidade de mobilidade espacial, compreendendo a primeira como os movimentos cotidianos e recorrentes de ida e volta entre residência e locais de trabalho, estudo ou serviços, enquanto a segunda abrange fluxos mais amplos e variados no espaço geográfico. A pendularidade, portanto, reflete a organização hierárquica do espaço urbano, marcada pela dependência entre centros de diferentes portes, nos quais cidades menores assumem função residencial e cidades maiores concentram atividades e serviços, atraindo deslocamentos diários.

Já a mobilidade espacial, conforme Almeida (2022), constitui um conceito mais amplo, relacionado às ações de diversos agentes que produzem e organizam o território, estruturado em uma rede urbana hierarquizada. Nesse contexto, os deslocamentos ocorrem em função da busca por serviços e oportunidades inexistentes nos locais de origem, sendo comuns tanto entre cidades quanto dentro dos espaços urbanos. Assim, enquanto a migração implica mudança permanente de residência, a pendularidade caracteriza-se como um movimento temporário e recorrente, revelando dinâmicas de integração e desigualdade territorial e evidenciando como as condições socioeconômicas e a organização do espaço influenciam a circulação da população.

Almeida (2022) destaca que a mobilidade não se restringe aos sistemas de transporte ou à infraestrutura disponível, mas deve ser compreendida como um fenômeno complexo, resultante da interação entre fatores materiais, sociais e individuais. Nesse sentido, os deslocamentos não são apenas respostas imediatas a necessidades, mas expressam estratégias construídas pelos próprios indivíduos, considerando suas condições de vida e relações com o território. A frequência desses movimentos pode variar — diária, semanal ou sazonal — evidenciando diferentes padrões de mobilidade associados a atividades econômicas, educacionais, culturais ou religiosas. Como também apontam Arrigoni (2014) e Almeida (2022), essa diversidade revela que a mobilidade espacial é dinâmica e multifacetada, sendo fundamental para compreender como os sujeitos organizam seu cotidiano e acessam oportunidades em contextos territoriais desiguais.

No que se refere à pendularidade, Delgado et al. (2016) a definem como um tipo específico de deslocamento populacional distinto da migração, caracterizado pelo

vai e vem recorrente entre locais de moradia e trabalho ou estudo. Esse movimento está diretamente relacionado à dissociação entre moradia e locais de oferta de atividades econômicas e serviços, intensificada pela expansão urbana e pela valorização desigual das áreas nas cidades. Assim, a pendularidade não apenas reflete necessidades individuais, mas também expressa processos estruturais de organização do espaço, que impõem deslocamentos cada vez mais longos e frequentes à população. Nessa perspectiva, conforme também discutido por Arrigoni (2014), os deslocamentos cotidianos evidenciam as desigualdades socioespaciais e a forma como o território condiciona as possibilidades de acesso a bens e serviços.

Por fim, a compreensão da mobilidade espacial e da pendularidade pode ser aprofundada a partir do conceito de fixos e fluxos, que permite analisar a produção do espaço como resultado da interação entre elementos estáveis e dinâmicos. Os fixos correspondem às infraestruturas e estruturas permanentes, enquanto os fluxos representam os movimentos de pessoas, mercadorias e informações que conectam diferentes pontos do território. De acordo com Almeida (2022) e Arrigoni (2014), essa articulação evidencia que o espaço não é estático, mas constantemente produzido e reorganizado pelas ações dos diversos agentes sociais. Dessa forma, a mobilidade revela tanto as estratégias individuais quanto as condições estruturais que moldam o uso do território, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de integração e desigualdade presentes no espaço urbano.

Quadro 1: Conceitos de mobilidade urbana

Conceito	Definição	Tipo de movimento	Frequência	Mudança de residência
Mobilidade espacial	Conjunto amplo de deslocamentos no espaço geográfico, envolvendo diferentes motivações e escalas.	Variado (temporário e permanente)	Variável (diária, semanal, sazonal, permanente)	Pode ocorrer ou não
Pendularidade e/ Movimento pendular/ Deslocamento pendular/ Comutação	Movimentos recorrentes de ida e volta entre residência e outros locais.	Temporário e cíclico	Regular (diário ou semanal)	Não
Migração	Mudança duradoura ou permanente do local de residência.	Permanente	Única ou de longa duração	Sim
Mobilidade sazonal	Deslocamentos realizados em períodos específicos do ano	Temporário	Esporádica ou periódica	Não necessariamente

	ou conforme eventos.			
Mobilidade semanal	Deslocamentos em que o indivíduo permanece parte da semana em outro local.	Temporário	Semanal	Parcial (uso de dupla residência)
Fixos e fluxos	Relação entre estruturas permanentes (fixos) e movimentos (fluxos) no espaço.	Estrutural (não é um tipo de deslocamento, mas uma forma de análise)	Contínua	Não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A relação entre espaços geográficos interdependentes leva muitos estudantes de cidades adjacentes a realizarem deslocamentos diários ou periódicos para municípios que concentram a oferta de ensino superior. Nesse contexto, a pendularidade estudantil configura-se como uma alternativa diante da impossibilidade de migração permanente, frequentemente limitada por condições econômicas, sociais e familiares. Esse fenômeno evidencia não apenas a desigual distribuição territorial das oportunidades educacionais, mas também a capacidade dos estudantes de articular diferentes espaços em busca de formação acadêmica. Além disso, fatores como transporte e redes de informação, conforme aponta Tavares (2022), influenciam diretamente a decisão de realizar esse deslocamento, ao fornecer subsídios sobre custos, condições de permanência e características das instituições.

Entretanto, permanência no ensino superior envolve múltiplas dimensões que vão além do acesso, incluindo questões socioeconômicas, culturais e o próprio local de residência, que deve ser compreendido de forma dinâmica. Muitos estudantes alternam entre residência principal e secundária, configurando práticas como a pendularidade semanal, o que evidencia que a mobilidade estudantil também é mediada por vínculos afetivos e estratégias de adaptação. Ainda assim, essa dinâmica tende a reforçar desigualdades socioespaciais, sobretudo para estudantes de menor renda, que enfrentam dificuldades relacionadas aos custos, ao tempo de deslocamento e à participação acadêmica. Nesse sentido, a pendularidade revela tanto estratégias individuais de acesso quanto limitações estruturais, apontando para a necessidade de políticas públicas que articulem mobilidade, assistência estudantil e democratização do ensino superior.

CONCLUSÕES

Os resultados indicam que a pendularidade estudantil constitui uma estratégia essencial de acesso à educação superior, sobretudo para estudantes residentes em municípios com baixa oferta de cursos. No entanto, essa prática evidencia profundas

desigualdades territoriais, uma vez que o acesso ao ensino superior depende, em grande medida, da capacidade de deslocamento dos indivíduos.

Verifica-se que os estudantes pendulares enfrentam desafios significativos, como longos tempos de deslocamento, custos financeiros elevados e dificuldades de participação plena nas atividades acadêmicas, o que pode impactar negativamente sua permanência e desempenho. Além disso, a dependência de transporte público ou institucional limita as possibilidades de escolha de cursos, especialmente quando estes são ofertados em horários incompatíveis com a logística de deslocamento.

Dessa forma, conclui-se que a pendularidade não apenas reflete a desigual distribuição territorial das oportunidades educacionais, mas também contribui para a reprodução das desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, torna-se fundamental a formulação de políticas públicas que considerem a mobilidade estudantil como elemento central, incluindo a ampliação da oferta de ensino superior em regiões interioranas e o fortalecimento de políticas de assistência estudantil voltadas ao transporte, moradia e permanência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Emanuel de Sousa. **A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN.** Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2022. 203p. Disponível em: <https://www.uern.br/controldepaginas/ppgeo-dissertacoes/arquivos/3645dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_rodrigo_emanuel_de_sousa_almeida.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2025.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares.** In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva. **Mobilidade espacial para estudo e mudanças no espaço de vida dos estudantes de ensino superior da Região Norte Fluminense.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2022. 342 f. DOI: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_16542_Tese_J%E9ssica_final_posDefesa_com_pleta%20%283%2920221031-83723.pdf>. Acesso em: 16 Jul. 2025.